



REVISÃO
DO PLANO GERAL
DE URBANIZAÇÃO
DE
CASTELO BRANCO
2023

RELATÓRIO

00

CAPÍTULO 00
ÍNDICE GERAL





0. ÍNDICE GERAL

CAPÍTULO	DESIGNAÇÃO	PÁGINA
00	ÍNDICE GERAL DA REVISÃO DO PLANO GERAL DE URBANIZAÇÃO DE CASTELO BRANCO (PGUCB) (21 Páginas)	
0.0.	ÍNDICE DOS CAPÍTULOS	4
0.1.	NOTA INTRODUTÓRIA	8
0.2.	FICHA TÉCNICA	9
0.3.	ORGANIZAÇÃO E PRODUÇÃO	10
0.3.1.	AGRADECIMENTOS	10
0.3.2.	CRÉDITOS	10
0.4.	SUPORTES DE REGISTO	11
0.5.	CONTEÚDO DOCUMENTAL DA REVISÃO DO PGUCB	11
0.6.	CONCLUSÕES	13
0.6.1.	FINALIDADES E OBJETIVOS	13
0.6.2.	AÇÕES	13
0.7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS GERAIS	13
0.8.	LEGISLAÇÃO, NORMATIVAS E ORIENTAÇÕES APLICÁVEIS	17

CAPÍTULO	DESIGNAÇÃO	PÁGINA
01	ESTRATÉGIAS E OBJETIVOS (10 Páginas)	
1.0.	ÍNDICE DO RELATÓRIO	3
1.1.	NOTA INTRODUTÓRIA	4
1.2.	FINALIDADES, PRINCÍPIOS GERAIS E OBJETIVOS GLOBAIS	4
1.3.	ESTRATÉGIAS GERAIS	9
1.4.	CONTEÚDO DOCUMENTAL PARTICULAR DA REVISÃO DO PGUCB	9
1.5.	LEGISLAÇÃO, NORMATIVAS E ORIENTAÇÕES APLICÁVEIS	10

CAPÍTULO	DESIGNAÇÃO	PÁGINA
02	ENQUADRAMENTO TERRITORIAL (27 Páginas)	
2.0.	ÍNDICE DO CAPÍTULO	3
2.1.	NOTA INTRODUTÓRIA	4
2.2.	ENQUADRAMENTO GERAL	4
2.2.1.	ÂMBITO TRANSNACIONAL	4
2.2.2.	ÂMBITO NACIONAL/REGIONAL	4
2.2.3.	ÂMBITO MUNICIPAL	5
2.2.4.	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	6
2.3.	PLANOS MUNICIPAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	6
2.3.1.	PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO (PDM)	8
2.3.2.	REVISÃO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DE CASTELO BRANCO (PGUCB)	11
2.3.2.1.	PERÍMETRO URBANO	12
2.3.2.2.	DESIGNAÇÃO DAS ZONAS URBANAS	14
2.3.3.	PLANOS DE PORMENOR (PP)	15
2.4.	IMPLEMENTAÇÃO, EXECUÇÃO E GESTÃO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO	18
2.5.	ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS GLOBAIS	19
2.6.	CONCLUSÕES	26
2.6.1.	FINALIDADES E OBJETIVOS	26
2.6.2.	AÇÕES	27
2.7.	LEGISLAÇÃO, NORMATIVAS E ORIENTAÇÕES APLICÁVEIS	27

CAPÍTULO	DESIGNAÇÃO	PÁGINA
03	CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA (21 Páginas)	
3.0.	ÍNDICE DO CAPÍTULO	3
3.1.	NOTA INTRODUTÓRIA	4
3.2.	INDICAÇÕES METODOLÓGICAS	4



3.3.	GEOMORFOLOGIA	4
3.3.1.	CARTOGRAFIA	4
3.3.2.	REDE GEODÉSICA NACIONAL	5
3.3.3.	ALTIMETRIA	6
3.3.4.	HIDROGRAFIA	7
3.4.	CLIMA	7
3.5.	SOLOS	13
3.5.1.	RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL (RAN)	14
3.5.2.	RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL (REN)	17
3.6.	FITOECOLOGIA	19
3.7.	CONCLUSÕES	19
3.7.1.	FINALIDADES E OBJETIVOS	19
3.7.2.	AÇÕES	19
3.8.	LEGISLAÇÃO, NORMATIVAS E ORIENTAÇÕES APLICÁVEIS	20

CAPÍTULO	DESIGNAÇÃO	PÁGINA
----------	------------	--------

04	POPULAÇÃO (11 Páginas)	
-----------	----------------------------------	--

4.0.	ÍNDICE DO CAPÍTULO	3
4.1.	NOTA INTRODUTÓRIA	4
4.2.	INDICAÇÕES METODOLÓGICAS	4
4.3.	CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE	4
4.3.1.	ESTRUTURA POPULACIONAL	5
4.3.2.	ESTRUTURA FAMILIAR	6
4.3.3.	ESTRUTURA ETÁRIA	6
4.3.4.	ESTRUTURA DE ESCOLARIDADE	8
4.3.5.	ESTRUTURA LABORAL	9
4.4.	VETORES DE ANÁLISE SOCIODEMOGRÁFICA	9
4.5.	PROJEÇÕES DA POPULAÇÃO	10
4.6.	CONCLUSÕES	11
4.6.1.	FINALIDADE E OBJETIVOS	11
4.6.2.	AÇÕES	11

CAPÍTULO	DESIGNAÇÃO	PÁGINA
----------	------------	--------

05	EDIFICADO, PATRIMÓNIO E USO DO SOLO (97 Páginas)	
-----------	--	--

5.0.	ÍNDICE DO CAPÍTULO	3
5.1.	NOTA INTRODUTÓRIA	5
5.2.	INDICAÇÕES METODOLÓGICAS	5
5.3.	EDIFICADO	5
5.3.1.	MORFOLOGIA URBANA	5
5.3.2.	MODELO DE OCUPAÇÃO	6
5.4.	PATRIMÓNIO	7
5.4.1.	PATRIMÓNIO NATURAL	7
5.4.2.	PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO	8
5.4.3.	PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO	8
5.5.	USO DO SOLO	19
5.5.1.	CARACTERIZAÇÃO DO EDIFICADO	19
5.5.1.1.	ESTRUTURA DO EDIFICADO	19
5.5.1.2.	DINÂMICA DA CONSTRUÇÃO	21
5.5.2.	ESPAÇOS CENTRAIS	24
5.5.2.1.	ZONAS URBANAS HISTÓRICAS (ZUH)	24
5.5.2.2.	ZONAS URBANAS MISTAS (ZUM)	29
5.5.3.	ESPAÇOS HABITACIONAIS	32
5.5.3.1.	ZONAS URBANAS CONSOLIDADAS (ZUC)	32
5.5.3.2.	ZONAS URBANAS A REABILITAR (ZUR)	49
5.5.3.3.	ZONAS URBANAS PLANEADAS (ZUP)	63
5.5.4.	ESPAÇOS URBANOS DE BAIXA DENSIDADE	72
5.5.4.1.	ZONA URBANA DO MONTE DO CASTELO (ZMC)	72
5.5.5.	USO HABITACIONAL	73
5.5.5.1.	CARACTERIZAÇÃO DO USO HABITACIONAL NA CIDADE	73
5.5.5.2.	REABILITAÇÃO URBANA DO CENTRO DA CIDADE	78
5.5.6.	ESPAÇOS DE ATIVIDADES ECONÓMICAS	78
5.5.6.1.	INDÚSTRIA E A.L.E.C.B.	78
5.5.6.2.	TERCIÁRIO (COMÉRCIO E SERVIÇOS) EXTERIOR À ALECB	83
5.5.7.	ESPAÇOS DE USO ESPECIAL	85
5.5.7.1.	ESPAÇOS TURÍSTICOS	85



5.5.7.2.	ESPAÇOS DE CULTO RELIGIOSO	86
5.5.7.3.	OUTROS USOS	86
5.5.8.	COMPROMISSOS URBANÍSTICOS	89
5.5.9.	CONDICIONANTES URBANÍSTICAS	93
5.6.	DINÂMICA FUNCIONAL	94
5.6.1.	INTRODUÇÃO	94
5.6.2.	BREVE QUADRO GERAL	95
5.6.3.	EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA (EUC)	96
5.6.4.	OUTROS EQUIPAMENTOS DE INTERESSE COLETIVO	97
5.6.5.	TERCIÁRIO (COMÉRCIO E SERVIÇOS)	97
5.6.6.	IQUAU (INDICADORES E QUALIDADE DO AMBIENTE URBANO)	99
5.6.7.	POPULAÇÃO	99
5.6.8.	OUTROS	99
5.6.9.	MAPAS INTEGRADOS	99
5.7.	INDICADORES QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS	100
5.8.	NORMAS A VERTER EM REGULAMENTOS MUNICIPAIS	103
5.9.	CONCLUSÕES	105
5.9.1.	FINALIDADES E OBJETIVOS	105
5.9.2.	AÇÕES	106
5.10.	LEGISLAÇÃO, NORMATIVAS E ORIENTAÇÕES APLICÁVEIS	106

CAPÍTULO	DESIGNAÇÃO	PÁGINA
06	EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA (43 Páginas)	
6.0.	ÍNDICE DO CAPÍTULO	3
6.1.	NOTA INTRODUTÓRIA	5
6.2.	INDICAÇÕES METODOLÓGICAS	5
6.3.	ADMINISTRAÇÃO (A)	5
6.4.	EQUIPAMENTO CULTURAL (C)	6
6.5.	EQUIPAMENTO DESPORTIVO (D)	9
6.5.1.	EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS DE BASE RECREATIVOS	9
6.5.2.	EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS DE BASE FORMATIVOS	9
6.5.3.	EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS ESPECIALIZADOS	12
6.5.4.	EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS DE COMPETIÇÃO E ESPECTÁCULO	12
6.6.	EQUIPAMENTO DE ENSINO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL (E)	13
6.6.1.	NOTAS PRÉVIAS	13
6.6.2.	ENSINO PRÉ-ESCOLAR	14
6.6.3.	PRIMEIRO CICLO DO ENSINO BÁSICO (1º CEB)	16
6.6.4.	SEGUNDO CICLO DO ENSINO BÁSICO (2º CEB)	18
6.6.5.	TERCEIRO CICLO DO ENSINO BÁSICO (3º CEB)	19
6.6.6.	ENSINO SECUNDÁRIO	20
6.6.6.1.	ENSINO SECUNDÁRIO REGULAR E TECNOLÓGICO (ES)	20
6.6.6.2.	ENSINO TÉCNICO E PROFISSIONAL (EP)	21
6.6.7.	FORMAÇÃO PROFISSIONAL	21
6.6.8.	ENSINO PÓS-SECUNDÁRIO	22
6.6.8.1.	ENSINO UNIVERSITÁRIO	22
6.6.8.2.	ENSINO POLITÉCNICO	22
6.6.9.	ENSINO ESPECIAL	23
6.6.10.	FORMAÇÃO SÉNIOR	23
6.6.11.	RESIDÊNCIA DE ESTUDANTES	23
6.6.12.	OUTROS	24
6.7.	TURISMO - H	24
6.8.	EQUIPAMENTO JUDICIAL (J)	25
6.9.	MERCADOS E FEIRAS (M)	25
6.10.	DEFESA NACIONAL	26
6.11.	SEGURANÇA PÚBLICA E PROTEÇÃO CIVIL (P)	26
6.12.	SAÚDE E SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL (S)	28
6.12.1.	SAÚDE	28
6.12.2.	SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL	30
6.13.	TRANSPORTES, ABASTECIMENTO E TELECOMUNICAÇÕES (T)	34
6.13.1.	TRANSPORTES	34
6.13.2.	ABASTECIMENTO	35
6.13.3.	TELECOMUNICAÇÕES	35
6.14.	ESPAÇOS URBANOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA (EUUC)	35
6.14.1.	ESPAÇOS DE VIVÊNCIA EXTERIOR (V)	36
6.14.2.	LAGOS INTEGRADOS	39
6.15.	CONCLUSÕES	40
6.15.1.	FINALIDADES E OBJETIVOS	40
6.15.2.	AÇÕES	41
6.16.	LEGISLAÇÃO, NORMATIVAS E ORIENTAÇÕES APLICÁVEIS	42



CAPÍTULO	DESIGNAÇÃO	PÁGINA
07	AMBIENTE URBANO (40 Páginas)	
7.0.	ÍNDICE DO CAPÍTULO	3
7.1.	NOTA INTRODUTÓRIA	4
7.2.	INDICAÇÕES METODOLÓGICAS	4
7.3.	COMPONENTES E FATORES DA QUALIDADE DO AMBIENTE URBANO	8
7.3.1.	CONCEITOS	8
7.3.2.	ESPAÇOS VERDES	9
7.3.3.1	ESPAÇOS VERDES DE UTILIZAÇÃO COLETIVA	13
7.3.3.2	OUTROS ESPAÇOS VERDES	19
7.3.4.	EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA (EUC)	20
7.3.5.	HABITAÇÃO	22
7.3.6.	INFRAESTRUTURAS ESTRUTURANTES	22
7.3.7.	MEIOS HÍDRICOS (ÁGUAS PÚBLICAS)	22
7.3.8.	OCUPAÇÃO DO ESPAÇO URBANO	22
7.3.9.	PAISAGEM URBANA: ESTRUTURA EDIFICADA	22
7.3.10.	PAISAGEM URBANA: PATRIMÔNIO CONSTRUÍDO	22
7.3.11.	QUALIDADE DO AR	23
7.3.12.	RESÍDUOS SÓLIDOS	23
7.3.13.	RISCOS NATURAIS	23
7.3.14.	RUÍDO	23
7.3.14.1.	INTRODUÇÃO	23
7.3.14.2	PRINCIPAIS FONTES DE RUÍDO	26
7.3.14.3.	MODELO DE SIMULAÇÃO, PARÂMETROS E VALIDAÇÃO DOS MAPAS DE RUÍDO	31
7.3.14.4.	MAPAS DE RUÍDO, CLASSIFICAÇÃO ACÚSTICA E MAPAS DE CONFLITO	32
7.3.14.5	MEDIDAS DE REDUÇÃO DE RUÍDO	33
7.3.14.6	NOTAS CONCLUSIVAS	35
7.3.15.	TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS (TCU)	36
7.3.16.	RISCO DE INCÊNDIO	36
7.4.	CONCLUSÕES	37
7.4.1.	FINALIDADES E OBJETIVOS	37
7.4.2.	AÇÕES	37
7.5.	LEGISLAÇÃO, NORMATIVAS E ORIENTAÇÕES APLICÁVEIS	39

CAPÍTULO	DESIGNAÇÃO	PÁGINA
08	INFRAESTRUTURAS E SISTEMAS (47 Páginas)	
8.0.	ÍNDICE DO CAPÍTULO	3
8.1.	NOTA INTRODUTÓRIA	5
8.2.	INDICAÇÕES METODOLÓGICAS	5
8.3.	REDE VIÁRIA	5
8.3.1.	ENQUADRAMENTO	5
8.3.2.	ACESSIBILIDADES E CIRCULAÇÃO VIÁRIA	6
8.3.3.	ARBORIZAÇÃO VIÁRIA	14
8.4.	REDE FERROVIÁRIA	15
8.5.	REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	17
8.5.1.	INTRODUÇÃO	17
8.5.2.	SISTEMA GERAL DE CAPTAÇÃO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM ALTA	17
8.5.3.	SISTEMA GERAL DE ARMAZENAMENTO DE ÁGUA	18
8.5.4.	SISTEMA GERAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA À CIDADE	19
8.5.5.	CONSUMO DE ÁGUA NA CIDADE	21
8.6.	REDE DE ÁGUAS RESIDUAIS	21
8.6.1.	ESGOTOS DOMÉSTICOS	21
8.6.2.	ESGOTOS PLUVIAIS	22
8.7.	RESÍDUOS SÓLIDOS	22
8.7.1.	INTRODUÇÃO	26
8.7.2.	RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU)	26
8.7.3.	RESÍDUOS INDUSTRIAIS (RI)	26
8.7.4.	RESÍDUOS HOSPITALARES (RH)	26
8.8.	REDE ELÉTRICA	26



8.8.1.	INTRODUÇÃO	27
8.8.2.	DISTRIBUIÇÃO EM ALTA TENSÃO	27
8.8.3.	DISTRIBUIÇÃO EM MÉDIA E BAIXA TENSÃO	29
8.9.	REDE DE ABASTECIMENTO DE GÁS NATURAL	29
8.10.	REDE DE TELECOMUNICAÇÕES	29
8.11.	SISTEMA DE TRANSPORTES, MOBILIDADE E ACESSIBILIDADES	29
8.11.1.	TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS (TCU)	30
8.11.2.	TRANSPORTE FERROVIÁRIO	32
8.11.3.	SERVIÇO DE TÁXIS	33
8.12.	REDE CICLOVIÁRIA	33
8.13.	REDE PEDONAL	35
8.14.	ESTACIONAMENTO E PARQUEAMENTO	37
8.15.	CONCLUSÕES	40
8.15.1.	FINALIDADES E OBJETIVOS	40
8.15.2.	AÇÕES	41
8.16.	LEGISLAÇÃO, NORMATIVAS E ORIENTAÇÕES APLICÁVEIS	46

O número total de páginas do Relatório do PGUCB, nos seus nove Capítulos, é de **317** páginas.

ANEXOS

DESIGNAÇÃO

A	QUADROS DE VALORES DOS CENSOS DE 2001 E DE 2011 POR ZONA URBANA DE CASTELO BRANCO
B	QUADROS DE VALORES URBANÍSTICOS POR ZONA URBANA DE CASTELO BRANCO
C	QUADROS DE ÁREAS DE EQUIPAMENTO DE UTILIZAÇÃO COLETIVA DE CASTELO BRANCO
D	QUADROS DE DINÂMICA FUNCIONAL DE CASTELO BRANCO



0.1. NOTA INTRODUTÓRIA

Serve a presente “Nota introdutória”, sobretudo para apresentar, ainda que de uma forma sucinta, as razões a que apenas nesta data, fossem desencadeados os mecanismos legais e desenvolvido o consequente processo de revisão.

Apesar do elencar mais dilatado daquelas razões – vide *Capítulo 02*, parágrafos relativos à “*Revisão do Plano de Urbanização de Castelo Branco*”, poder-se-ão recortar e condensar as seguintes:

- As sucessivas alterações legislativas em matéria de ordenamento do território aplicáveis à elaboração, alteração e revisão dos planos municipais de ordenamento do território (PMOT), designadamente os diplomas e normas que vieram a ser publicadas e republicadas com alterações significativas, inviabilizando, sucessiva e posteriormente, os trabalhos que iam sendo desenvolvidos no âmbito do PGUCB;

- Idem, para as sucessivas atualizações e uniformizações de normas técnicas e cartográficas e de procedimentos e processos de aprovação superior;

- Necessidade de elaborar os trabalhos cartográficos numa base de levantamento vetorial;

- Redefinições sucessivas, para os IGT, da legislação, dos normativos e regras aplicáveis a que devem obedecer a estrutura, a ocupação, uso e transformação do solo;

- Ênfase dada à fase de recolha de elementos, de modo a permitir um nível de monitorização rigoroso e detalhado (não só foram levantados individualmente todos os edifícios da cidade – implantação e volumetria e uso funcional, como todo o equipamento e mobiliário urbano necessário à definição dos índices de qualidade do ambiente urbano), que levaram a uma extensão temporária acima do previsto;

- Previsão inadequada do tempo necessário às várias etapas dos tipos de levantamentos realizados, com a reduzida inferência de recursos humanos afetados a essas tarefas específicas;

- Inevitabilidade de alguns redireccionamentos metodológicos e/ou alargamento da abrangência indispensável de alguns temas de trabalho, decorrentes da publicação de trabalhos que se relacionavam diretamente com os do PGUCB;

- Necessária articulação com outros instrumentos de gestão territorial em curso (PDMCB) ou outros (UOPG-EU, UOPG-PP) com estádios de desenvolvimento dos trabalhos desfasados e consequentes tempos de execução/aferição mais prolongados.

- Morosidade na obtenção de dados fundamentais para o normal decurso dos trabalhos – que ainda hoje se verifica, junto de alguns organismos oficiais e particulares;

De referir que cada um dos oito Capítulos que compõem o Relatório do PGUCB, apesar de se constituírem, no seu todo, como um documento global e abrangente em relação às propostas e objetivos dos vários domínios da natureza de um Plano de urbanização, tentam ser, na sua estrutura, complementaridade e quadro de dados, dissociáveis, semiautónomos e destacáveis *de per si*, no respetivo âmbito de intervenção, de modo a incluírem «... *indicadores qualitativos e quantitativos que suportem a avaliação prevista...*» nas legislação que desenvolve as bases da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo.



0.2. FICHA TÉCNICA

ESTUDO

Revisão do Plano de Urbanização de Castelo Branco (PGUCB)

ENTIDADE CONTRATANTE

Câmara Municipal de Castelo Branco (CMCB)

ENTIDADE CONTRATADA

António A. Farinha da Silva - Arquitecto

COORDENAÇÃO GERAL

Arq.º António A. Farinha da Silva

URBANISMO

Arq.º António A. Farinha da Silva

Arq.º Tiago Lopes Farinha

Arq.ª Laura Joana de Jesus Abreu

Arq.º Pedro Barreto

Dr.ª Sofia Madalena M. Mingacho Preto

INFRA-ESTRUTURAS

Arq.º Tomás Ferreira Crespo

Consultores:

Eng.º Alexandre de Sousa

Eng.º João Ramos Pereira

Eng.º Pedro Manuel da Silva Douwens

Eng.º Alexandre A. Almeida Barreira

PAISAGISMO

APOIO JURÍDICO

Consultora:

Arq.ª Maria José Rodrigues

Consultor:

Dr. Alberto José Pais Rodrigues

APOIO AOS TRABALHOS

Pedro Alpiarça dos Santos

Tomás Antunes Sousa e Faro Clara

PROCESSAMENTO INFORMÁTICO

Natividade Lopes



0.3. ORGANIZAÇÃO E PRODUÇÃO

Este Plano de Urbanização pretende ser, para além do estipulado para os conteúdos documentais exigíveis a um plano municipal de ordenamento do território, um contributo rigoroso para um melhor conhecimento da realidade de Castelo Branco, bem como um banco de dados credível e minucioso, para a sustentação de futuros trabalhos sobre a cidade.

0.3.1. AGRADECIMENTOS

Cabem aqui os agradecimentos do coordenador:

- Aos autarcas e demais elementos integradores da estrutura da CMCB, quaisquer que sejam ou tenham sido as suas funções e/ou responsabilidades no respetivo desempenho dos seus diversos níveis de resposta.
- A todos os agentes de organismos públicos e empresariais ou anónimos que franquearam espaços e universos particulares e falaram entusiasticamente acerca deles ou nos abriram as suas casas e removeram possíveis dificuldades que fizeram esquecer todos os “outros”.
- Ao Arquitecto José Manuel R. Campos Silva.
- Ao Dr. Carlos Céu Silva.
- A todas as entidades da lista dos créditos pela colaboração e disponibilidade prestadas.
- A todos os elementos que constituíram a equipa que elaborou esta revisão do PGUCB. Um muito obrigado.

0.3.2. CRÉDITOS

Quando contactadas, quer para a anterior versão do PGUCB, quer para a atual:

- ALBIGEC	- Empresa Municipal de Gestão de Espaços	- Dados sobre Equipamentos de Uso e Interesse Coletivo sob a sua Gestão
- CANNON HYGIENIC		- Dados sobre a recolha de resíduos perigosos nas pequenas unidades de saúde de Castelo Branco
- CMCB/DPUOP	- Departamento de Planeamento, Urbanismo e Obras Particulares	- Levantamento aerofotogramétrico
		- Diversos estudos de caracterização da cidade
		- Trabalhos sobre a rede viária
		- Planos de Pormenor (PP)
		- Regulamentos e normativos municipais
		- Estudos do Plano Diretor Municipal (PDM)
		- Suportes digitalizados diversos
		- Documentação orçamental da CMCB
- EDP_ARBI	- Energias de Portugal – Área da Rede de Castelo Branco	- Bases cartográfica e quadros quantificadores sobre o consumo de eletricidade no concelho de Castelo Branco
- EST	- Escola Superior de Tecnologia de Castelo Branco	- Bases digitalizadas dos mapas de ruído do entardecer e noturno da cidade
- IGE	- Instituto Geográfico do Exército	- Bases digitalizadas e fotografias aéreas
- IPMA	- Instituto Português do Mar e da Atmosfera	- Dados meteorológicos de Castelo Branco
- INE	- Instituto Nacional de Estatística	- Suporte gráfico dos quarteirões estatísticos dos Censos de 2001 e de 2011 e de elementos estatísticos de base
- IPLM	- Instituto Português do Livro e dos Museus	- Características de Equipamentos de Uso e Interesse Coletivo no sector da Cultura
- OA	- Ordem dos Advogados – Delegação da Comarca de Castelo Branco	- Localização dos escritórios de advogados na cidade
- SMAS_CB	- Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento de Castelo Branco	- Elementos sobre o abastecimento de águas, esgotos e recolha de resíduos sólidos
- PÓLIS_CB		- Dados sobre o “Plano de Pormenor da Zona Histórica e Devesa” e respetivas opções
- PLANRAIA	- Estudos e Consultoria da Raia, Ldª	- Elementos de trabalho e fotografias aéreas da cidade digitalizadas
- TUCAB	- Transportes Urbanos da Cidade de Castelo Branco	- Dados sobre os Transportes Coletivos Urbanos (TCU) de Castelo Branco



0.4. SUPORTES DE REGISTO

O plano encontra-se registado em formato vetorial, em ficheiros de formato *.pdf e em suporte de papel, neste caso formato A4 e específico para os diferentes desenhos.

0.5. CONTEÚDO DOCUMENTAL DA REVISÃO DO PGUCB

De acordo com o artigo 89º do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 310/03, de 10 de dezembro e da Portaria nº 138/05, de 2 de fevereiro, com o artigo 100º do Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio (RJGT), com o Decreto Regulamentar nº 15/2015, de 19 de agosto, Decretos-Lei nº25/2021 e nº 45/2022, de 29 de março e de 8 de julho, respectivamente, e demais complementar legislação aplicável constituem o PGUCB:

- Regulamento;

A extensão do Regulamento do PGUCB (75 artigos), deve-se sobretudo a um conjunto de fatores, de que se pode salientar:

- Estrutura do modelo proposto para os Regulamentos de um PMOT pela Direção Geral do Território (DGT);
 - A existência de ainda muitas zonas da cidade sem Plano de Pormenor (PP) – nomeadamente as designadas Zonas urbanas a reabilitar (ZUR), de génese ilegal, e, conseqüentemente, sem desenho urbano qualificador e regras de construção e ocupação do solo indubitáveis que deverão ser homogêneas para toda a área de intervenção;
 - A necessidade da inclusão de artigos que precavejam a ocorrência de situações desconformes aos princípios orientadores da intervenção geral, com a agravante da indefinição quanto ao tipo de conformação de alguns conteúdos a incorporar neste tipo de Regulamentos;
 - Dotação de um conjunto de instrumentos decisórios, por parte da Câmara Municipal de Castelo Branco (CMCB), que permita resolver transparente, equitativa e inequivocamente os sucessivos problemas de gestão global e unificadora camarária; relembra-se, ser este Regulamento resultado do trabalho conjunto efetuado com os competentes serviços da edilidade e ter sido debatido e, sucessivamente, aperfeiçoado, ao longo dos três últimos anos;
 - Tradução natural – quantitativa e qualitativa, que o Regulamento constitui dos princípios e propostas sustentadas e integradas do corpo do PGUCB;
 - A dimensão física e humana da cidade, que a situa num nível intermédio e ambivalente entre as necessidades – mais sintéticas de um Regulamento de um PGU e mais específicas e pormenorizadas de um PP.
- Planta de zonamento – *D 01* - à escala 1:7 500;
- Planta de condicionantes - *D 02* - à escala 1:7 500.

O PGUCB é acompanhado por:

- Relatório, e os Anexos A, B, C e D, que dele fazem parte integrante – compostos pelos estudos de caracterização física, social, económica, dos equipamentos de utilização coletiva (EUC) – existentes e propostos e da dinâmica funcional urbana, fundamentando as soluções adotadas, os extratos das Plantas de ordenamento e de condicionantes do Plano Diretor Municipal de Castelo Branco (PDMCB), da área correspondente ao perímetro urbano do PGUCB e os Indicadores qualitativos e quantitativos para a avaliação do plano e o correspondente relatório;
- Relatório de Avaliação Ambiental Estratégica (RAAE) e respetivo Resumo não técnico;
- Programa de execução, contendo, designadamente, disposições indicativas sobre a execução das intervenções municipais previstas;
- Modelo de redistribuição de benefícios e encargos;
- Plano de financiamento e fundamentação da sua sustentabilidade económica e financeira.

O Relatório, é constituído por 8 capítulos que, para além dos anexos componentes acima descritos, contempla os equipamentos de utilização coletiva (EUC) e da dinâmica funcional urbana, fundamentando as soluções adotadas, os extratos das Plantas de ordenamento e de condicionantes do PDMCB, da área correspondente ao perímetro urbano do Plano, os Indicadores qualitativos e quantitativos para a avaliação do plano e o respetivo relatório particular.

O Relatório está estruturado nos seguintes capítulos:

- 00. Índice Geral;
- 01. Estratégias e Objetivos;
- 02. Enquadramento Territorial;
- 03. Caracterização Biofísica;
- 04. População;
- 05. Edificado, Património e Uso do Solo;
- 06. Equipamentos de utilização coletiva (EUC);
- 07. Ambiente Urbano;
- 08. Infraestruturas e Sistemas.

A denominação dos quatro Anexos do Relatório é a seguinte:



- Anexo A – Quadros de Valores dos Censos de 2001 e de 2011 por Zona urbana de Castelo Branco;
- Anexo B – Quadros de Valores Urbanísticos por Zona urbana de Castelo Branco;
- Anexo C – Quadros de Áreas dos Equipamentos Utilização Coletiva por Zona urbana de Castelo Branco;
- Anexo D – Quadros da Dinâmica Funcional de Castelo Branco.

O PGUCB é, ainda, acompanhado pelos seguintes elementos complementares:

- Planta de enquadramento, com a indicação das principais vias de comunicação, de outras infraestruturas relevantes e grandes equipamentos, bem como outros elementos considerados pertinentes – *D 03* - à escala 1:25 000;
- Planta da situação existente, com a ocupação do solo à data da deliberação que determinou a elaboração do plano - *D 04* - à escala 1:7 500;
- Planta de compromissos urbanísticos e relatório, com a indicação dos alvarás de licença e dos títulos de comunicação prévia de operações urbanísticos emitidos - *D 05* - à escala 1:7 500;
- Planta de traçados das infraestruturas estruturantes territoriais - *D 06* - à escala 1:7 500;
- Plantas de traçado de infraestruturas estruturantes urbanas, à escala 1:7 500:
 - Planta da estrutura de espaços de Equipamentos de utilização coletiva (EUC) – *D 07*;
 - Planta da estrutura de Espaços verdes – *D 08*;
 - Planta de traçado de redes de circulação – *D 09*;
 - Planta de traçado da rede de abastecimento de água – *D 10*;
 - Planta de traçado da rede de saneamento – *D 11*;
 - Planta de traçado da rede de energia elétrica – *D 12*;
 - Planta de traçado de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos – *D 13*;
 - Planta de traçado da rede de abastecimento de gás natural – *D 14*;
 - Planta de traçado da rede de telecomunicações – *D 15*.
- Mapas de ruído, à escala 1:7 500:
 - Planta do Mapa da situação existente do indicador *Lden* - MR 01;
 - Planta do Mapa da situação existente do indicador *Ln* - MR 02;
 - Planta do Mapa de conflito da situação existente do indicador *Lden* - MC 01;
 - Planta do Mapa de conflito da situação existente do indicador *Ln* - MC 02;
 - Planta do Mapa de zonamento de avaliação acústica - MZ AvA;
- Ruído: Resumo não técnico;
- Participações recebidas em sede de discussão pública e respetivo relatório de ponderação;
- Ficha de dados estatísticos;
- Planta e relatório de proposta de delimitação das áreas da Reserva Agrícola Nacional (RAN) a excluir, à escala 1:7 500.

Sobre as peças desenhadas, há a referir:

- As relativas aos extratos das Plantas de Ordenamento e de Condicionantes do PDMCB, aplicáveis à área de intervenção do PGUCB, encontram-se incluídas no corpo do texto do presente Relatório;
- As que se encontram em suporte de papel do PGUCB, à escala 1:7 500, foram elaboradas sobre formato vetorial georeferenciado, decorrente do levantamento – propriedade da CMCB - expressamente efetuado para a presente revisão do PGUCB num total de cerca de 1 494,4 ha (aproximadamente a área de intervenção do PGUCB), à escala 1:1 000, com o Sistema de Referência planimétrico PT-TM06/ETRS89 e o altimétrico *Datum* Altimétrico – Marégrafo de Cascais, e produzido pela entidade credenciada *Município, S.A.* e homologada pela DGT em 03 de novembro de 2016, base de trabalho que permitiu cumprir os princípios e as normas a que deve obedecer a produção cartográfica;
- A Planta de enquadramento (*D 03*) à escala 1:25 000, foi elaborada sobre carta topográfica em formato vetorial (ficheiro em formato TIFF), georeferenciada, decorrente do levantamento estereofotogramétrico – propriedade do Centro de Informação Geoespacial do Exército - efetuado em 2015, com o código do sistema de referência WGS84 Gauss Kruger, projeção Transversa de Mercator e datum WGS84. As Cartas Militares de Portugal utilizadas foram as da série M 888, totalmente a carta nº 292, e parcialmente as nº 279, 280 e 291.

O Relatório de Avaliação Ambiental Estratégica (RAAE), no qual se identificam, descrevem e avaliam os eventuais efeitos significativos no ambiente que possam decorrer da aplicação do PGUCB e as alternativas razoáveis, tendo em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos, apesar de não se encontrar incluído no corpo da proposta do PGUCB, constará de documento próprio, acompanhando este plano.

É de referir que os Anexos permitem proporcionar uma análise detalhada de diversos dados estatísticos e deverão ser consultados sempre que se pretenda efetuar uma caracterização mais fina das diferentes Zonas urbanas da cidade.

- O Anexo A – *Quadros dos Censos de 2001 e 2011*, destina-se à sistematização e monitorização, por Zona urbana definida no PGUCB, exclusivamente dos dados referentes aos resultados definitivos dos XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e aos IV e V Recenseamentos Gerais da Habitação, efetuados em março de 2001 e de 2011;
- O Anexo B – *Quadros de valores por Zona urbana*, destina-se a sistematizar e a monitorizar, por Zona urbana definida no PGUCB, dados estatísticos consolidados, referentes à população, aos parâmetros urbanísticos do edificado e aos vários tipos de uso de solo, e de funções do edificado em dezembro de 2005 e abril/maio de 2016, a partir dos resultados definitivos dos XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e aos IV e V Recenseamentos Gerais da Habitação, e do trabalho subsequente efetuado naqueles no âmbito da



elaboração do PGUCB, a elementos fornecidos pela CMCB, de trabalhos específicos de campo, na área de intervenção do PGUCB e de sistematização dos dados proeminentes do levantamento vetorial na área do perímetro urbano proposto pelo PGUCB, em cumprimento dos objetivos definidos no Relatório;

- O Anexo C – *Áreas de Equipamentos de utilização coletiva*, sistematiza e monitoriza os valores globais, por Zona urbana definida no PGUCB e por sector dos Equipamentos e de verde de utilização coletiva, as unidades de equipamento existentes na área de intervenção do PGUCB, em dezembro de 2005 e abril/maio de 2016, e uma estimativa consistente no âmbito do PGUCB, face à grelha proposta para os referidos equipamentos, em cumprimento dos objetivos definidos no Relatório;

- O Anexo D – *Quadros da dinâmica funcional*, evidencia, através da localização dos estratos etários da população, do terciário (comércio e serviços) mais significativos, dos percursos e itinerários urbanos de serviços e equipamento públicos estabelecidos, dos Equipamentos de utilização coletiva (EUC) e das respetivas áreas de drenagem e de algum do equipamento urbano, as suas inter-relações económicas, sociais, funcionais e de dependência de uso e frequência no tecido urbano

Refira-se, por fim, que face à nova classificação e reclassificação do solo, resultante do novo RJIGT e legislação e normativas complementares, a designação das Zonas urbanas (ZU) difere da designação das Zonas urbanas do PGU em vigor e dos estudos realizados em 2007.

0.6. CONCLUSÕES

0.6.1. FINALIDADES E OBJETIVOS

- Instituir uma rede integrada de informação urbanística digitalizada e georreferenciada;
- Aumentar a qualidade da informação urbanística digitalizada, recorrendo também a “outsourcing”;
- Instituir regras de organização dos suportes urbanísticos digitalizados particulares para posterior entrega nos serviços camarários.

0.6.2. AÇÕES

- Alargar o levantamento aerofotogramétrico às zonas situadas entre este perímetro urbano e o IC8, a Norte e a A23, a poente.
- Coordenar, com o Instituto Nacional de Estatística (INE), para o Censo de 2021, os limites dos quarteirões estatísticos de modo a fazê-los coincidir com os do Plano Geral de Urbanização (PGUCB) e respetivas Zonas urbanas, ação sem a qual se poderá perder todo o trabalho efetuado até agora e impossibilitar o estabelecimento dos quadros de evolução das dinâmicas populacionais e funcionais no território da cidade de Castelo Branco.

0.7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS GERAIS

As referências bibliográficas gerais que se encontram a seguir discriminadas, constituíram não só fontes de informação preciosa para o desenvolvimento dos trabalhos deste Plano de Urbanização como algumas, documentos de enquadramento e de princípios de atuação e de definição dos seus objectivos-base; de relevância variável no contexto presente deste documento, todos se revestiram de importância: daí a sua inclusão nesta lista ordenada alfabeticamente por autor.

No corpo deste Relatório, as fontes e/ou as referências bibliográficas em que os respetivos enunciados possibilitam, condicionam ou determinam a produção escrita e são decisivos para a sistematização e explanação do texto, vão com indicação entre parêntesis retos - [XX]; as transcrições, para além do corpo das letras e pontuação usuais, são referenciados com chavetas - { YY }

São as seguintes as referências bibliográficas gerais selecionadas:

- [01] AFONSO, José da Conceição & AZEVEDO, Leonel, *Mapa de Arquitectura de Castelo Branco*, Ed. Argumentum, Lisboa, 2003.
- [02] Apresentação das Sessões de Divulgação “O Novo Quadro Legal do Ruído Ambiente”, organizadas pela Agência Portuguesa do Ambiente, abril de 2007.
- [03] ÁGUAS DO CENTRO, S.A., *Projecto de Saneamento da Raia do Tejo (Estudo Prévio)*, Castelo Branco, 2002.
- [04] AMADO, Miguel Pires, *Planeamento Urbano Sustentável*, Ed. Caleidoscópio, Casal de Cambra, 2005.
- [05] AROUCA, Câmara Municipal, Divisão de Planeamento e Obras, *Plano de Urbanização do Espaço Industrial da Farrapa – Rossio*, Arouca, julho de 2017.
- [06] AUGUSTO MATEUS & ASSOCIADOS Lda, Sociedade de Consultores, *Estratégia de desenvolvimento do concelho de Castelo Branco*, Lisboa, junho 2015.



- [07] BALTAZAR, Luís & COUCELO, Carlos & PASSOS, Carlos; *Recomendações para a organização dos Mapas Digitais de Ruído**, Agência Portuguesa do Ambiente, Amadora, junho de 2008.
- [08] BAPTISTA, António Mendes, *Políticas para o Desenvolvimento do Interior*, Comissão de Coordenação da Região Centro, Coimbra, 1999.
- [09] CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO; *Orçamento Municipal – Relatório, Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município* Castelo Branco, C. M. de Castelo Branco, dezembro de 2016, de 2017 e de 2018.
- [10] CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL; *Plano Diretor Municipal do Seixal: Zonamento Acústico e Áreas de Conflito*, C. M. Seixal, Seixal, junho de 2014.
- [11] CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA – Direção Municipal de Ambiente, Planeamento e Gestão de Território – Divisão de Projetos Estratégicos, Planeamento e Informação Geográfica, *Plano de Pormenor do Pedregal, Programa de Execução*, C. M. de Sintra, junho de 2014.
- [12] CARDOSO, Abílio, *Do Desenvolvimento do Planeamento ao Planeamento do Desenvolvimento*, Edições Afrontamento, Porto, 1996.
- [13] CARDOSO, Abílio, *O Planeamento Municipal e a Habitação*, Ed. Escher/ Fim de Século Edições, 1991.
- [14] *Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade – Documentos-Chave*, Aalborg, Dinamarca, maio 1994.
- [15] CARVALHO, A. P. Oliveira de; ROCHA, Cecília, *Manual técnico para elaboração de planos municipais de redução de ruído*, Agência Portuguesa do Ambiente, 2008, Porto, Portugal, 2008.
- [16] CEDRU – Centro de Estudos de Desenvolvimento Regional e Urbano; Coordenação geral de, GASPAR, Jorge, *Castelo Branco 2030 – Relatório final*, Lisboa, junho de 2015.
- [17] CEDRU – Centro de Estudos de Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda, *Castelo Branco 2030*, Castelo Branco, julho 2015.
- [18] CEDRU – Centro de Estudos de Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda, *Plano de desenvolvimento turístico – Castelo Branco 2015 – 2025*, Castelo Branco, julho 2015.
- [19] CEDRU, Centro de Estudos de Desenvolvimento Regional e Urbano, *Programa Estratégico - Castelo Branco 2020 – Relatório Final*, Câmara Municipal de Castelo Branco, Castelo Branco, março 2000.
- [20] CERTIPROJETO – Arquitetos e Engenheiros Consultores, Lda, ANTÃO, Marta & CARDOSO, Jorge & RUIVO, Fernando Palma; *Mapas de Ruído do Concelho de Cascais – Memória Descritiva*, C. M. Cascais, Cascais, junho de 2010.
- [21] CESO I&D/ AUGUSTO MATEUS E ASSOCIADOS, *Estrutura Empresarial do Distrito de Castelo Branco*, Associação Empresarial do Distrito de Castelo Branco, Castelo Branco, 2000.
- [22] COITO, Anabela & CASTELO BRANCO, Margarida, *Serviços e Restrições de Utilidade Pública*, DGOTDU, Ed. DGOTDU, 4ª edição, Lisboa, 2005, atualizada em 2007.
- [23] CÓNIM, Custódio, *Geografia do Envelhecimento da População Portuguesa – Aspetos Sociodemográficos 1970-2021*, Departamento de Prospectiva e Planeamento, Lisboa, 1999.
- [24] CONSULPLANO, *Planos de Pormenor dos Bairros Clandestinos de Castelo Branco*, Lisboa, outubro de 1980.
- [25] CEU, Conselho Europeu de Urbanistas, *A Nova Carta de Atenas 2003 – A Visão do Conselho Europeu de Urbanistas sobre as Cidades do Séc. XXI*, Lisboa, novembro de 2003.
- [26] LISBOA, CÂMARA MUNICIPAL DE, Aviso nº 11622/2012, de 30 de agosto de 2012, *Revisão do Plano Diretor Municipal de Lisboa*, publicado no Diário da República, 2ª Série, nº 168, em 30 de agosto de 2012
- [27] COSTA LOBO, Manuel et al, *Normas Urbanísticas, volumes I, II, III e IV*, Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (D.G.O.T.D.U.) / Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1995.
- [28] DATAKUSTIC; *Manual do Utilizador – CadnaA**, 2001.
- [29] DGOTDU, *Ambiente Urbano em Portugal – Projeto - Referência*, Ed. DGOTDU, Lisboa, julho 2001.
- [30] DGOTDU, *Guia para Avaliação Estratégica de Impactes em Ordenamento do Território*, Coordenação de PARTIDÁRIO, Maria do Rosário, Ed. DGOTDU, Lisboa, 2003.
- [31] DGOTDU, *Normas de representação gráfica – Planos municipais de ordenamento do território*, Coordenação de ALMEIDA, Drª Maria



- Virgínia Ferreira & COSTA, Arq^a Isabel Celestino, Coleção Informação, Ed. DGOTDU, Lisboa, 1999.
- [32] DGOTDU, *Sistema Urbano Nacional – Cidades Médias e Dinâmicas Territoriais*, Coordenação de MARQUES, Teresa S., Ed. Quaternaire & DGOTDU, Volumes I e II, Lisboa, outubro 1997.
- [33] DGOTDU, *Vocabulário de Termos e Conceitos de Ordenamento do Território*, Ed. DGOTDU, Lisboa, maio 2005.
- [34] DGOTDU, *Seminário - O Sistema de Execução de Planos e a Perequação – Comunicações – Comentários e Conclusões*, Ed. DGOTDU, Lisboa, 2002.
- [35] DGOTDU, *Servidões e restrições de utilidade pública*, Ed. DGOTDU, Lisboa, setembro 2011.
- [36] DIONÍZIO, Vítor (Coord.), *As Infra-estruturas Produtivas e os Factores de Competitividade das Cidades e Regiões Portuguesas*, Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, Lisboa, 2001.
- [37] DIONÍZIO, Vítor (Coord.), *As Infra-estruturas Produtivas e os Factores de Competitividade das Cidades e Regiões Portuguesas*, Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, Lisboa, 2001.
- [38] DSGCIG, Direcção-Geral do Território, *Princípios orientadores para a produção de cartografia topográfica vetorial com as Normas e Especificações técnicas da DGT*, versão POPCar Top-V0.1, Lisboa, 29 de novembro de 2019
- [39] FARINHA DA SILVA, António A., *Plano Geral de Urbanização de Castelo Branco*, Castelo Branco, 1991.
- [40] FARINHA DA SILVA, António A.; Estudos preliminares no âmbito da *Revisão do Plano de Urbanização de Castelo Branco*, C. M. de Castelo Branco, Castelo Branco, 2007.
- [41] FARINHA DA SILVA, António A.; Estudos no âmbito da *Revisão do Plano Geral de Urbanização de Castelo Branco*, C. M. de Castelo Branco, Castelo Branco, 2016.
- [42] FEHRL, Forum of European National Highway Research Laboratories, Projeto Silvia, *Relatório 2006-02 - Guidance Manual for the implementation of low-noise road surfaces*, Ed. Phil Morgan, 2006, Bruxelas, Bélgica
- [43] FERRÃO, João, *Rede Urbana, Instrumento de Equidade, Coesão e Desenvolvimento*, in A Política das Cidades, Conselho Económico e Social, Lisboa, pp.21-48, 1997.
- [44] FUNDAÇÃO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA, Centro de investigação climática Climate Change, *Impacts, Adaptation and Modelling*, Projeto ClimAdaPT.Local, *Manual para a avaliação de vulnerabilidades futuras*, resultados preliminares, Lisboa, 2016.
- [45] GABINETE DE PLANEAMENTO E PROJECTOS, *Plano Director Municipal de Castelo Branco – Estudos Prévios, volumes I a IX*, Câmara Municipal de Castelo Branco, Castelo Branco, 1990.
- [46] GABRIEL, Maria da Graça & GREGO, Maria Alexandra; Coordenação geral de BENTO, Maria Margarida & SANTOS, Carla Velado; CCDRC/DSOT; *Guia orientador – Plano de urbanização*, Ed. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Coimbra, 2019
- [47] GABRIEL, Maria da Graça & GREGO, Maria Alexandra; Coordenação geral de BENTO, Maria Margarida & SANTOS, Carla Velado; CCDRC/DSOT; *Guia orientador – Revisão do PDM*, Ed. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Coimbra, 2019
- [48] GASPAR, Jorge, *A Dinâmica Funcional do Centro de Lisboa*, in Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia, Centro de Estudos Geográficos, Vol. XI, nº 21, Lisboa, 1976.
- [49] GEOMEGA – Geotecnia e Ambiente, Ld^a, *Avaliação ambiental estratégica da proposta de revisão do PGUCB: relatório ambiental*, Porto, abril de 2009.
- [50] GEPAT, *Normas para a programação e caracterização de equipamentos coletivos*, MPAT, Lisboa, 2002.
- [51] GEPAT, *Estrutura e Níveis de Equipamentos dos Centros Urbanos em 1990*, MPAT, Lisboa, 1993.
- [52] GONÇALVES, Sequeira P. J. & FERNANDES, N. O. & FERNANDES, A. M.; *Previsão do Nível de Ruído Ambiental na Zona de Intervenção do Programa Polis em Castelo Branco**, Ed. Acústica 2004, Guimarães.
- [53] GUEDES, Margarida & LEITE, Maria João; *Diretrizes para elaboração de mapas de ruído – Versão 3*, Agência Portuguesa do Ambiente, Amadora, dezembro de 2011.
- [54] INSTITUTO DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES TERRESTRES, I.P. (I.M.T.T)/GABINETE DE PLANEAMENTO, INOVAÇÃO E AVALIAÇÃO (GPIA), *Diretrizes nacionais para a mobilidade*, Lisboa, janeiro 2012



- [55] INSTITUTO DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES TERRESTRES, I.P. (I.M.T.T)/GABINETE DE PLANEAMENTO, INOVAÇÃO E AVALIAÇÃO (GPIA), *Guião orientador – acessibilidades, mobilidade e transportes*, Lisboa, março 2011
- [56] INSTITUTO DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES TERRESTRES, I.P. (I.M.T.T)/GABINETE DE PLANEAMENTO, INOVAÇÃO E AVALIAÇÃO (GPIA), *Guia para a elaboração de planos de mobilidade e transportes nos planos municipais de ordenamento do território*, Lisboa, março 2011
- [57] INAG, *Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Tejo*, 1999.
- [58] INE, *Anuário Estatístico da Região Centro 2003*, Ed. INE, Lisboa, julho 2004.
- [59] INE, *Atlas das Cidades de Portugal*, Ed. INE, Volume 1, Lisboa, 2004.
- [60] INE, *Atlas das Cidades de Portugal*, Ed. INE, Volume 1, Lisboa, 2004.
- [61] INE, *Censos 2001 – XIV Recenseamento Geral da População e IV Recenseamento Geral da Habitação – Resultados Definitivos – Portugal*, Ed. INE, Volume 1, Lisboa, 2002.
- [62] INE, *Censos 2001 – XIV Recenseamento Geral da População e IV Recenseamento Geral da Habitação – Resultados Definitivos – Centro*, Ed. INE, Volume 3, Lisboa, 2002.
- [63] INE, *Censos 2011 – XV Recenseamento Geral da População e V Recenseamento Geral da Habitação – Resultados Definitivos – Centro*, Ed. INE, Lisboa, 2012.
- [64] INSTITUTO DE INFRAESTRUTURAS RODOVIÁRIAS/DPL/GCGSI, *Relatório da monitorização da rede rodoviária nacional – 2010*, Lisboa, agosto de 2011.
- [65] INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO/DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA INDUSTRIAL/LABORATÓRIO DE ACÚSTICA, *Relatório técnico do Mapa de Ruído do Concelho de Castelo Branco**, Castelo Branco, dezembro de 2004.
- [66] INSTITUTO DOS RESÍDUOS, *Plano Estratégico dos Resíduos Industriais*, Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, 2001.
- [68] LEITE, Ana Cristina, *Castelo Branco*, Editorial Presença, 1ª Edição, Lisboa, 1991.
- [69] MAGALHÃES, Manuela Raposo, *Espaços Verdes Urbanos*, Ed. DGOT, Lisboa, julho 1992.
- [70] MAOT, *Plano Estratégico de Abastecimento e de Saneamento de Águas Residuais (2000-2006)*, Lisboa, 2000.
- [71] MAOT, *Viver Castelo Branco, Programa Polis, Plano Estratégico*, Castelo Branco, 2000.
- [72] MARQUES, Paulo Farinha, *Vias Verdes na Cidade*, Porto, Ed. Revista Arquitectura e Vida, julho/agosto 2004.
- [73] MARQUES, Ana Isabel Figueira, *Património Cultural e Turismo nos Planos Directores Municipais e nos Planos de Urbanização*, Ed. Publicações Maitreya, Lisboa, 2000.
- [74] MENDES, Bruno Ricardo Dias Gonçalves, *Avaliação do ruído ambiental em zonas de conflito acústico: proposta de medidas de redução de ruído*, Universidade do Minho, Escola de Engenharia, Tese de mestrado, Braga, outubro 2013.
- [75] MEPAT, *Relatório do Estado do Ordenamento do Território*, DGOTDU, Lisboa, 1999.
- [76] MESQUITA, Mª Helena & AFONSO, Paulo & SILVEIRA, Paulo, *Carta Educativa do Concelho de Castelo Branco*, IPCB/CEDER, Castelo Branco, 2016.
- [77] MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS, *Plano Nacional da Política Ambiental*, CESO I&D/ AUGUSTO MATEUS E ASSOCIADOS (2000), Estrutura Empresarial do Distrito de Castelo Branco, Associação Empresarial do Distrito de Castelo Branco, Castelo Branco, 1995.
- [78] MOREIRA P. & SEIXAS J., *Planos Municipais de Ordenamento do Território – Normas de Representação Gráfica*, Ed. DGOTDU, Lisboa, 1999.
- [79] NASCIMENTO, Manuel, *Caracterização do Potencial Turístico do Distrito de Castelo Branco*, Associação Empresarial do Distrito de Castelo Branco, Castelo Branco, 2002.
- [80] NAZARETH, Joaquim, *Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa*, Editorial Presença, Lisboa, 1988.
- [81] PARDAL, Sidónio et al, *Normas Urbanísticas – Planeamento Integrado do Território: Elementos de Teoria Crítica, volume 4*, Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano/ Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2000.



- [82] PARTIDÁRIO, Maria do Rosário, *Indicadores de Qualidade do Ambiente Urbano (I.Q.A.U.)*, Ed. DGOTDU, Lisboa, 2000.
- [83] PIMENTEL, Teresa, *Município de Castelo Branco – Diagnóstico demográfico e projeção da população – 1960 – 2040*, Escxel, CESNOVA, Castelo Branco, 2013.
- [84] PLANRAIA, Lda – Estudos e Consultoria da Raia, *Revisão do Plano Director Municipal: Caracterização do Território - Relatório Definitivo*, 2 volumes, Castelo Branco, agosto 2004.
- [85] PORDATA, *Base de dados estatísticos certificados do Portugal contemporâneo*, www.pordata.pt, Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa.
- [86] PORTAL CASA – Sociedade de Mediação Imobiliária, Unipessoal Lda, *O Idealista*, www.oidealista.pt
- [87] PROCESL, *Projecto de Abastecimento de Água aos Subistemas de Santa Águeda e Raia (Estudo Prévio)*, 2002.
- [88] PÚBLICO, <https://publico.pt/2023/02/01/azul/noticia/salvar-vidas-calor-citadino-substituindo-asfalto-arvores-2037125>
- [89] PÚBLICO, <https://publico.pt/2021/04/11/ciencia/noticia/arvores-ruas-sao-dar-sombra-despoluir-ar-urbano-1957871>
- [90] QUATERNAIRE PORTUGAL, *Sistema Urbano Nacional – Cidades Médias e Dinâmicas Territoriais, vol.1*, Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa, 1996.
- [91] RAMOS, Pinto & GUEDES, Margarida & LEITE, Maria João; *Projeto-piloto de demonstração de mapas de ruído – escalas municipais e urbana**, Instituto do Ambiente, 2004.
- [92] RIBEIRO, Orlando, *Opúsculos Geográficos – O Mundo Rural, IV volume*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1991.
- [93] SCHMIDT L. & GIL NAVE J. & GUERRA J., *Autarquias e Desenvolvimento Sustentável – Agenda 21 Local e Novas Estratégias Ambientais*, Ed. Fronteiras do Caos, 1ª Edição, Porto, 2005.
- [94] SERRA, Nuno, *Estado, Território e Estratégias de Habitação*, Quarteto Editora, Coimbra, 2002.
- [95] SERRANO, A. & GONÇALVES, F. & NETO, P., *Cidades e Territórios do Conhecimento – Um novo referencial para a competitividade*, 1ª Edição, Edições Sílabo, Lisboa, 2005.
- [96] SMAS CASTELO BRANCO, *Relatório de Contas de Gerência de 1999 a 2002*, Castelo Branco.
- [97] SILVA, Luís Manuel Gomes, *Arborização viária: avaliação e proposta de requalificação para a cidade de Coimbra*, Departamento de Geografia, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Tese de mestrado, Coimbra, 2011.
- [98] TIS – Transportes, Inovação e Sistemas, SA, RODRIGUES, Alexandra; *Estudo de ruído para a envolvente da estação de caminho de ferro de Castelo Branco*, C. M. de Castelo Branco, julho de 2017.
- [99] TRANSES, *Plano de Ordenamento da Circulação e do Estacionamento da Cidade de Castelo Branco*, Castelo Branco, maio 2001.
- [100] TTERRA & IPCB, *Diagnóstico para a Sustentabilidade – Castelo Branco, Agenda XXI*, Volumes I e II, Castelo Branco, julho 2005.
- [101] VIEGAS, José Manuel, *O Sistema Viário e de Transportes no PGU do Porto*, in “Sociedade e Território – Revista de Estudos Urbanos e Regionais”, Ed. Afrontamento, Ano 3, Número 7, Porto, julho 1988.

0.8. LEGISLAÇÃO, NORMATIVAS E ORIENTAÇÕES APLICÁVEIS

Como legislação enquadradora dos trabalhos do PGUCB (incluindo os regimes jurídicos, as servidões administrativas e restrições por utilidade pública aplicáveis às regras de uso, de ocupação e de transformação do solo, na área delimitada pelo perímetro urbano do PGUCB), regulam-se e constituem-se atualmente e no tempo da sua feitura, pelo disposto na legislação vigente adiante discriminada:

PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (PNPOT):

- Lei nº 58/2007, de 04 de setembro, com a Declaração Retificativa nº 80-A/2007, de 07 de setembro
- Declaração Retificativa nº 80-A/2007, de 07 de setembro - 1ª Alteração ao PNPOT
- Declaração Retificativa nº 103-A/2007, de 23 de novembro - 2ª Alteração ao PNPOT

BASES GERAIS DA POLÍTICA PÚBLICA DE SOLOS, DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DE URBANISMO (LBOPTU):

- Lei nº 31/2014, de 30 de maio (LBGPPSOTU)



REGIME JURÍDICO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL (RJGT):

- Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio
- Decreto-Lei nº 81/2020, de 2 de outubro – 2ª alteração ao Decreto-Lei nº 80/2015
- Decreto-Lei nº 25/2021, de 29 de março – 3ª alteração ao Decreto-Lei nº 80/2015
- Decreto-Lei nº 45/2022, de 8 de julho – 4ª alteração ao Decreto-Lei nº 80/2015
- DR 15/2015, de 19 de agosto – Classificação e reclassificação do solo nos IGT's
- Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de setembro – parte aplicável
- Decreto-Lei nº 53/2000, de 07 de abril – Altera o Decreto-Lei nº 380/99
- Decreto-Lei nº 56/2007, de 31 de agosto – 4ª alteração ao Decreto-Lei nº 380/99
- Decreto-Lei nº 181/2009, de 07 de agosto – Altera o Decreto-Lei nº 316/2007
- Decreto-Lei nº 310/2003, de 10 de dezembro – Altera o Decreto-Lei nº 380/99 (PMOT's E PEOT's)
- Declaração Retificativa nº 104/2007, de 06 de novembro
- Portaria nº 137/2005, de 02 de fevereiro (Regulamenta o Decreto Lei nº 310_2003)
- Portaria nº 245/2011, de 22 de junho (Utilização de plataforma informática para a tramitação dos IGT's)
- Portaria nº 277/2005, de 10 de setembro (Comissão consultiva do PDM e do PDIM)
- RCM/Aviso que suspende o Plano (medidas preventivas face à suspensão parcial ou total de um Plano territorial)
- Portaria nº 314/2010, de 14 de junho (medidas preventivas face à suspensão parcial ou total de um Plano territorial)
- Despacho nº 16 709/2007, de 31 de julho (Estrutura e competências da CCDRC)
- Decreto-Lei nº 228/2012, de 25 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº 68/2014, de 8 de maio (Estrutura e competências da CCDRC)

SOLOS:

- Decreto-Lei nº 794/76, de 05 de novembro (Lei de Solos)
- Lei nº 91/95, de 02 de setembro (AUGI's)
- Decreto-Lei nº 83/95, de 31 de agosto (Direito de participação e ação popular)
- Decreto-Lei nº 384/88, de 25 de outubro (Emparcelamento de solos)
- Decreto-Lei nº 103/90, de 22 de março (Emparcelamento de solos)
- Lei nº 168/99, de 04 de setembro (Código das Expropriações)
- Lei nº 56/2008, de 04 de setembro (republicada a Lei nº 168_99)
- Retificação de 18/03_1977 (DR nº 65/77, Série I)
- Decreto nº 862/76, de 22 de dezembro
- Lei nº 68/93, de 04 de setembro, alterada pelas Leis nº 89/2007, de 30 de julho, nº 72/2014, de 02 de setembro, e Retificação nº 46/2014, de 29 de outubro (Baldios)

RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL (RAN):

- Decreto-Lei nº 73/2009, de 31 de março (RJAN)
- Decreto-Lei nº 199/2015, de 16 de setembro - 1ª alteração ao Decreto-Lei nº 73/2009

AMBIENTE:

- Lei nº 19/2014, de 14 de abril (Lei de Bases da Política do Ambiente)
- Decreto-Lei nº 2/2011, de 06 de janeiro (Aprovação das ZIF's)
- Decreto-Lei nº 9/2007, de 17 de janeiro – Regulamento Geral do Ruído (RGR)
- Decreto-Lei nº 278/2007, de 01 de agosto – altera o Decreto-Lei nº 9_2007, de 17 de janeiro (RGR)
- Decreto-Lei nº 151-B/2013, de 31 de outubro – Regime Jurídico da Avaliação do Impacte Ambiental (RJAIA) de Projetos
- Decreto-Lei nº 152-B/2017, de 11 de dezembro – altera o RJAIA
- Decreto-Lei nº 58/2011, de 04 de maio – obrigatoriedade de informação pública da AIA
- Decreto-Lei nº 96/2013, de 24 de julho – Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade
- Decreto-Lei nº 142/2008, de 04 de maio – altera o DL nº 58/2011
- Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de junho – Regime Jurídico da Avaliação do Impacte Ambiental (RJAIA)
- Retificação nº 7-A, de 2023, de 28 de fevereiro - altera o RJAIA

RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL (REN):

- Decreto-Lei nº 166/2008, de 22 de agosto (RJREN)
- Decreto-Lei nº 239/2012, de 02 de novembro - 1ª alteração ao Decreto-Lei nº 166/2008
- Decreto-Lei nº 96/2013, de 19 de julho - 2ª alteração ao Decreto-Lei nº 166/2008
- Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio - 3ª alteração ao Decreto-Lei nº 166/2008
- Decreto-Lei nº 124/2019, de 28 de agosto - 4ª alteração ao Decreto-Lei nº 166/2008
- Lei nº 31/2016, de 23 de agosto (Titularidade dos recursos hídricos)
- Portaria nº 336/2009, de 26 de setembro (Orientações estratégicas no RJREN)

REGIME JURÍDICO DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO (RJUE):

- Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro (RJUE)
- Lei nº 118/2019, de 17 de setembro – alteração ao Decreto-Lei nº 555/99 (RJUE)
- Decreto-Lei nº 60/2007, de 04 de setembro - 6ª alteração ao Decreto-Lei nº 555/99)



- Lei nº 28/2010, de 02 de setembro - 12ª alteração ao Decreto-Lei nº 555/99)
- Decreto-Lei nº 136/2014, de 09 de setembro - 14ª alteração ao Decreto-Lei nº 555/99)
- Declaração de Retificação nº 46-A/2014, de 10 de novembro - 15ª alteração ao Decreto-Lei nº 555/99)
- Decreto-Lei 163/2006, de 08 de agosto (Acessibilidade a espaços, equipamentos e edifícios)
- Portaria nº 216-A/2008, de 3 de março
- Portaria nº 216-B/2008, de 3 de março
- Portaria nº 216-C/2008, de 3 de março
- Portaria nº 216-D/2008, de 3 de março
- Portaria nº 216-E/2008, de 3 de março
- Portaria nº 216-F/2008, de 3 de março
- Portaria nº 349/2008, de 5 de maio
- Portaria nº 113/2005, de 22 de abril

NORMATIVOS E PROCEDIMENTOS TÉCNICOS:

- Decreto Regulamentar nº 5/2019, de 27 de setembro – (Fixa os conceitos técnicos nos domínios do território e do urbanismo e revoga o Decreto Regulamentar nº 9/2009, de 29 de maio)
- Decreto-Lei nº 193/2009, de 28 de julho (Normas técnicas de produção e reprodução cartográficas)
- Decreto-Lei nº 52/96, de 18 de maio - 1ª alteração ao Decreto-Lei nº 193/2009
- Decreto-Lei nº 59/2002, de 15 de março - 2ª alteração ao Decreto-Lei nº 193/2009
- Decreto-Lei nº 202/2007, de 25 de maio - 3ª alteração ao Decreto-Lei nº 193/2009
- Decreto-Lei nº 180/2009, de 07 de agosto - 4ª alteração ao Decreto-Lei nº 193/2009
- Decreto-Lei nº 84/2011, de 20 de junho - 5ª alteração ao Decreto-Lei nº 193/2009
- Decreto-Lei nº 141/2014, de 19 de setembro - 6ª alteração ao Decreto-Lei nº 193/2009
- Decreto-Lei nº 130/2019, de 30 de agosto - 7ª alteração ao Decreto-Lei nº 193/2009
- Declaração de Retificação nº 53/2009, de 28 de julho (Conceitos técnicos do O. T.)
- Decreto-Lei nº 292/95, de 14 de novembro (Equipas multidisciplinares dos PMOT's)
- Portaria nº 1101/2000, de 20 de novembro (Disposições legais a observar pelos técnicos)
- Portaria nº 216-B/2008, de 03 de março (Áreas de cedência em loteamentos)
- Portaria nº 314/2010, de 14 de junho (Apoio técnico a autarquias)
- Despacho nº 16 709/2007, de 31 de julho (Apoio técnico a autarquias)

ÁREAS URBANAS DE GÊNESE ILEGAL:

- Lei nº 91/1995, de 02 de setembro (institui as AUGI)
- Lei nº 165/1999, de 14 de setembro - 1ª alteração da Lei nº 91_1995
- Lei nº 64/2003, de 23 de agosto - 2ª alteração da Lei nº 91_1995
- Lei nº 10/2008, de 20 de fevereiro - 3ª alteração da Lei nº 91_1995
- Lei nº 79/2013, de 26 de novembro - 4ª alteração da Lei nº 91_1995
- Lei nº 70/2015, de 16 de julho - 5ª alteração da Lei nº 91_1995 (reconversão das AUGI)

EDIFICAÇÃO EM GERAL:

- Decreto-Lei nº 38 382/51, de 07 de agosto - Regulamento Geral de Edificações Urbanas (RGEU)
- Decreto-Lei nº 118/2013, de 20 de agosto – Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE) - Inclui o de Habitação (REH) e o de Comércio e Serviços (RECS)
- Decreto-Lei nº 68-A/2015, de 30 de abril - 1ª Alteração ao Decreto-Lei nº 118/2013 (SCE)
- Decreto-Lei nº 129/2002, de 11 de maio - Regulamento dos Requisitos Acústicos dos Edifícios (RRAE)
- Decreto-Lei nº 96/2008, de 09 de junho - 1ª Alteração ao Decreto-Lei nº 129/2002 (RRAE)
- Decreto-Lei nº 194/2005, de 14 de setembro - 2ª Alteração ao Decreto-Lei nº 118/2013 (SCE)
- Decreto-Lei nº 09/2021, de 29 de janeiro – Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndios em Edifícios (RJSCIE)
- Decreto-Lei nº 79/2006, de 04 de abril – Regulamento Sistemas Energéticos de Climatização (RSECE)
- Decreto-Lei nº 80/2006, de 04 de abril – Regulamento Características Comportamento Térmico (RCCTE)
- Portaria nº 1532/2008, de 29 de dezembro - Regulamento técnico do SCIE – Decreto-Lei nº 224/2015 (RJSCIE)

REABILITAÇÃO URBANA (RU):

- Decreto-Lei nº 426/1989, de 06 de dezembro – Medidas cautelares do RJSCIE para centros urbanos antigos
- Decreto-Lei nº 136/2014, de 09 de setembro – Regime Jurídico de Reabilitação Urbana (RJRU)
- Lei nº 32/2012, de 14 de agosto – 1ª alteração ao Decreto-Lei nº 307/2009 (RJRU)
- Decreto-Lei nº 53/2014, de 08 de abril – Regime excecional e temporário aplicável à RU
- Decreto-Lei nº 194/2005, de 14 setembro - 1ª Alteração ao Decreto-Lei nº 53/2014 (RU)
- Decreto-Lei nº 266-B/2012, de 31 de dezembro – Determinação do nível de conservação dos edifícios

DIVERSOS:

- Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro – Código dos Contratos Públicos (CCP)
- Decreto-Lei nº 116/2008, de 4 de junho – Desmaterialização processual do registo predial
- Portaria nº 701-H/2008, de 29 de julho - Honorários dos projetos e normas a adotar)
- Lei nº 31/2012, de 14 de agosto – Revisão do Regime de Arrendamento Urbano (NRAU)



- Lei nº 40/2015, de 01 de junho – Qualificação dos técnicos na elaboração de projetos
- Lei nº 36/2011, de 21 de junho – Abertura da informação para a Administração Pública
- Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro – Código do Procedimento Administrativo (CPA)

PLANO DIRETOR MUNICIPAL CASTELO BRANCO (PDMCB):

- Declaração do Conselho de Ministros nº 66/94, DR nº 185, 1ª Série B, de 11 de agosto (Regulamento)
- Declaração do Conselho de Ministros nº 30-A/2002, DR nº 35, 1ª Série B, de 11 de fevereiro (1ª alteração)
- Declaração DGOTDU, 173/2003, Decreto Regulamentar nº 100, 2ª Série, de 30 de abril (2ª alteração)
- Declaração do Conselho de Ministros nº 88/2005, DR nº 90, 1ª Série B, de 10 de maio (3ª alteração)
- Aviso CMCB nº 26194/2008, DR nº 212, 2ª Série, de 31 de outubro (4ª alteração)
- Aviso CMCB nº 26651/2010, DR nº 244, 2ª Série, de 20 de dezembro (5ª alteração)
- Aviso CMCB nº 23784/2011, DR nº 236, 2ª Série, de 12 de dezembro (6ª alteração)
- Aviso CMCB nº 8637/2013, DR nº 129, 2ª Série, de 08 de julho (7ª alteração)
- Declaração CMCB nº 22/2017, DR nº 70, 2ª Série, de 07 de abril (8ª alteração)

PLANO GERAL DE URBANIZAÇÃO DE CASTELO BRANCO (PGUCB):

- Declaração MPAT/DGOT, DR nº 73, 2ª Série, de 28 de março de 1991 (Regulamento)
- Aviso CMCB nº 23784/2011, DR nº 236, 2ª Série, de 12 de dezembro (1ª alteração)

REGULAMENTOS MUNICIPAIS:

- Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (2014)
- Regulamento Municipal de “Recuperações de Habitações na Zona Histórica da cidade de Castelo Branco” (PERUCCCB/ARUCCCB)
- Regulamento Municipal de Taxas e Licenças Urbanísticas do Município
- Regulamento Municipal sobre Estacionamento e Garagens
- Regulamento Municipal de Edificação em Espaço Rural
- Regulamento Municipal da ALECB
- Regulamento Municipal sobre Ocupação do Espaço Público e da Afixação e Inscrição de Publicidade

Como legislação enquadradora dos trabalhos do PGUCB (incluindo os regimes jurídicos, as servidões administrativas e restrições por utilidade pública aplicáveis às regras de uso, de ocupação e de transformação do solo, na área delimitada pelo perímetro urbano do PGUCB), lista-se, de seguida, a relativa aos diversos temas particulares e específicos, incluídos neste Capítulo e nos Capítulos 01, 02, 03, 05, 06, 07, e 08:

- RECURSOS HÍDRICOS – ÁGUAS PÚBLICAS (Linhas de água - Domínio Público Hídrico)
- RECURSOS AGRÍCOLAS E FLORESTAIS
- RECURSOS ECOLÓGICOS (Regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional)
- PATRIMÓNIO EDIFICADO (Imóveis Classificados ou em Vias de Classificação)
- PATRIMÓNIO EDIFICADO (Edifícios Públicos e outras construções de interesse público)
- EDIFÍCIOS PÚBLICOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO
- INFRAESTRUTURAS (Abastecimento de Água)
- INFRAESTRUTURAS (Linhas Elétricas de Média (MT), Alta (AT) e Muito Alta Tensão (MAT))
- INFRAESTRUTURAS (Drenagem de Águas Residuais)
- INFRAESTRUTURAS (Subestações e postos de seccionamento e transformação - PST)
- INFRAESTRUTURAS (Rede de Distribuição de Gás)
- INFRAESTRUTURAS (Rede Ferroviária)
- INFRAESTRUTURAS (Rede Rodoviária)
- INFRAESTRUTURAS (Vias Municipais)
- INFRAESTRUTURAS (Aeroportos e Aeródromos)
- INFRAESTRUTURAS (Heliportos)
- INFRAESTRUTURAS (Telecomunicações)
- EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA (Equipamentos de Saúde)
- EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA (Estabelecimentos Prisionais e Tutelares de Menores)
- EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA (Cemitérios)
- EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA (Proteção civil)
- EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA (Edifícios escolares)
- EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA (Defesa nacional)
- POLUIÇÃO E ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUENTES E/OU PERIGOSAS (Ruído)
- POLUIÇÃO E ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUENTES E/OU PERIGOSAS (Postos de Abastecimento de Combustíveis)
- POLUIÇÃO E ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUENTES E/OU PERIGOSAS (Estabelecimentos com Substâncias Perigosas)
- POLUIÇÃO E ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUENTES E/OU PERIGOSAS (Gestão de resíduos)

Como legislação a consultar, embora respeitante aos 16 Planos de Pormenor (PP) aprovados nos últimos trinta anos incluídos no perímetro urbano definido pelo PGUCB e pelo atualmente proposto RPGUCB, que são alvo da proposta de revogação total. A inclusão desta lista apenas se prende com o facto da possibilidade de ser necessário recorrer aos regulamentos dos PP abaixo discriminados para informação complementar:



PLANOS DE PORMENOR (PP) A REVOGAR NA ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PGUCB:

- PP da Quinta Dr. Beirão, aprovado e ratificado por Despacho em 27-03-1990, publicado no DR nº 109, IIª S, em 12-05-1990;
- PP do Quarteirão da Automecânica da Beira, aprovado e ratificado por Despacho, em 06-06-1991, publicado no DR nº 133, IIª S, em 09-06-1992;
- PP da Quinta Nova, aprovado por Despacho de 27-06-1995, publicado no DR nº 210, IIª S, em 11-09-1995;
- Revisão do PP da Quinta da Pipa, aprovado por Despacho de 27-04-1995, publicado no DR nº 13, IIª S, em 16-01-1996;
- PP do Campo da Bola, aprovado por Despacho de 24-06-1996, publicado no DR nº 274, IIª S, em 26-11-1996;
- PP da Encosta do Castelo, aprovado por Despacho de 26-02-1996, publicado no DR nº 23, IIª S, em 28-01-1997;
- Revisão do PP da Quinta Dr. Mota/Quinta das Violetas - aprovado por Despacho de 24-06-1996, publicado no DR nº 94, IIª S, em 22-04-1997;
- PP das Zonas ZUE-V e ZUR-X (Quinta Pires Marques e Buenos Aires), aprovado e ratificado em 10-08-2000, pela RCM 109-C/2000, publicada no DR nº 192, I S-B, em 21-08-2000 com alterações aprovadas em 30-04-2003 pela Declaração nº 256, publicada no DR nº 189, IIª S, em 18-08-2003;
- PP das Zonas ZUE-Y e ZUE-J (Quinta da Torre e Quinta da Granja), aprovado e ratificado em 10-08-2000, pela RCM 109-A/2000, publicada no DR nº 192, Iª S-B, em 21-08-2000;
- PP da ZUE-R (Quinta da Carapalha de Cima), publicado no DR nº 236, IIª S, em 12-12-2001;
- PP da Zona ZUE-W (Quinta do Bosque), aprovado e ratificado em 10-08-2000, pela RCM 109-B, publicada no DR nº 192, IIª S-B, em 21-08-2000 com alterações aprovadas em 30-04-2003 pela Declaração nº 369, publicada no DR nº 280, IIª S, em 04-12-2003;
- PP da Zona Histórica e da Devesa de Castelo Branco, aprovado e ratificado pela RCM 49/2003, de 28-02-2003, publicada no DR nº 76, Iª S-B, em 31-03-2003;
- PP da Quinta da Granja/Isabeldeiras, aprovado e ratificado em 24-11-2005, pela RCM 194/2005, publicada no DR nº 241, Iª S-B, em 19-12-2005;
- Revisão do PP de Ampliação da Zona Industrial de Castelo Branco, ratificado pela RCM 129-A/2001, publicada no DR nº 192, Iª S-B, em 20-08-2004 e republicado no DR, IIª Série, nº 134, em 14-07-2008;
- PP da Zona Envolvente da Estação Ferroviária de Castelo Branco, publicado no DR nº 136, IIª S, em 17-07-2018;
- Revisão do PP da Cruz de Montalvão Norte, publicado no DR nº 61, IIª S, em 27-03-2019.